

ESTADO E AUTORITARISMO NO BRASIL: O QUE COMEMORAR?

Os donos do poder, os seus colaboradores e os ingênuos ou ignorantes (re)criam mitos de ocasião. Nas chamadas “comemorações dos 500 anos” não poderia ser diferente. O mito de que somos uma nação jovem; de que compomos um povo multi-étnico tolerante e cordial; de que vivemos em uma sociedade democrática, são exemplos.

O propósito deste texto é bastante restrito: basicamente, constitui-se em um discurso histórico-político de contraposição ao conteúdo mítico e falacioso presente nas chamadas ‘comemorações dos 500 anos’, tomando como referência a reconstituição teórico-histórica das relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade brasileira.

Na perspectiva dos construtores do Estado há muito o que comemorar nesses 500 anos: a propriedade da terra latifundiária e excludente; uma cidadania mínima e censitária; uma dependência endêmica em relação ao capital financeiro internacional. Na perspectiva dos ‘de baixo’, só uma lembrança lastimosa dos projetos populares de nação e de sociedade abortados.

Sociedade e Estado Escravista Moderno no Brasil

A moderna sociedade brasileira se forma para o ‘outro’. Subjacente à epopéia da conquista de povos e territórios, por parte dos portugueses, ocorre o empreendimento mercantil, que é uma das formas básicas assumidas pela acumulação primitiva do capital e pela afirmação progressiva da sociedade burguesa.

O caráter de uma sociedade formada para o ‘outro’ se conforma por meio de um conglomerado de interesses poderosos, interna e externamente conjugados. Esses interesses são capazes, por intermédio de adequações estruturais constantes nos diversos níveis da vida social em face das transformações que ocorrem no mundo e dentro da própria sociedade brasileira, de se perpetuar até nossos dias.

O século XVII representa uma fase crucial da história colonial brasileira. Uma economia latifundiária, escravista e especializada encontra-se estruturada - o que não impede, por exemplo, a existência de um campesinato com ou sem pequenas propriedades; uma classe dominante local - senhorial e escravista - apresenta-se formada e ciente dos seus

interesses e limites definidos no âmbito do Império Português. Esta composta uma relação que percorreria toda a nossa história: uma classe dominante local articulada a um poder dominante externo, tendo em vista explorar os homens nativos e vindos de outros lugares para a ‘nova’ terra; e uma sociedade voltada para consumir produtos e modelos culturais metropolitanos.

O processo de ‘independência’ do Brasil mantém essa estrutura. A novidade é o afastamento dos interesses portugueses no Brasil, que encontram-se ameaçados e/ou restringidos desde o início do século XVIII em favor da burguesia financeira e comercial inglesa. Definitivamente, articula-se os interesses da classe dominante senhorial e escravista com os interesses ingleses.

O Estado no Brasil colônia e no Brasil império encontra-se apoiado em um direito escravista, que é uma variante de Estado de função estrita¹, típico de uma sociedade pré-capitalista. Os homens são reconhecidos a partir de uma distinção absoluta entre aqueles que possuem capacidades - os homens livres, reconhecidos como pessoas - e aqueles que não possuem capacidades – os escravos, reconhecidos como coisas.

A composição do aparelho de Estado reflete essa distinção. É proibido o acesso de escravos ao aparelho estatal na condição de funcionários. É restringida, também, a participação de homens livres pobres - não originários da classe dominante - no aparelho de Estado por meio de sanções de caráter estamental ou censitário. Conforme Décio Saes,

Na colônia, só podem integrar as Câmaras Municipais os “homens bons”; e estão excluídos dessa categoria os homens livres que desempenhem “ofícios mecânicos”. No processo eleitoral imperial, vigoram restrições censitárias (por exemplo, quanto ao nível de renda) que inviabilizam a participação eleitoral dos homens livres pobres (1999, p. 113 e 114).

A função estrita do Estado encontra-se articulada com um aparato social e cultural igualmente coercitivo. A cultura patriarcal-cristã; a condição da mulher escrava e livre, respectivamente, objeto sexual e reprodutora; a coisificação do escravo; a violência pública

¹ No Estado de função estrita ocorre uma identidade direta entre a classe dominante e o Estado. Este se constitui em um aparelho essencialmente coercitivo. A forma de dominação assume, basicamente, uma dimensão extra-econômica.

e privada contra o escravo em geral e o escravo rebelde em particular, entre tantos outros aspectos ideológico-culturais, atestam o caráter reificador e violento da sociedade brasileira colonial e imperial.

O Estado no Brasil colônia e no Brasil império assume uma identidade direta e abertamente classista entre a classe dominante e o seu corpo burocrático-funcional. Como consequência, os funcionários do Estado concebem como natural a submissão de homens considerados como coisas à vontade dos seus proprietários, bem como tendem a naturalizar naqueles essa condição.

Sociedade e Estado Burguês no Brasil

Em meados do século XIX o capitalismo ingressa em uma nova fase de desenvolvimento. A industrialização se estende para a maioria dos países da Europa ocidental e para os EUA; a disputa industrial e comercial entre os países capitalistas centrais intensifica a demanda por mercados fornecedores de produtos primários e consumidores de bens industrializados; a revolução nos transportes e comunicações, representada pela locomotiva e pelo navio a vapor, é responsável, respectivamente, pela integração do interior de países e continentes às economias litorâneas e integra países e continentes à economia mundial.

Essa nova realidade do capitalismo internacional concorre para transformações profundas na realidade brasileira do século XIX. O desafio colocado para a classe dominante senhorial e escravista é ajustar a sociedade brasileira ao capitalismo internacional em transformação e, ao mesmo tempo, preservar o caráter geral presente na própria gênese da sociedade brasileira. A solução encontrada é a modernização conservadora. Processo de mudança sem povo e sem democratização do poder ou da propriedade, de forma que as mudanças institucionais encontram-se enclausuradas em um formalismo burocrático-conservador e as mudanças produtivas não incorporam progressiva participação do mundo do trabalho nos excedentes econômicos.

A sociedade brasileira se transforma rapidamente ao longo da segunda metade do século XIX. A interrupção do tráfico negreiro - fruto das pressões inglesas e que redundaria na Lei Eusébio de Queiroz de 1850 -, a imigração européia, o crescente predomínio do trabalho livre (assalariado, semi-assalariado e não-assalariado), o florescimento de uma

cafeicultura capitalista no oeste paulista e a metamorfose da classe dominante senhorial e escravista em classe burguesa e capitalista, são algumas dessas transformações. Enfim, uma nova configuração social e econômica brasileira encontra-se em curso.

Os processos sociais e econômicas em curso abrem caminho para a transformação da sociedade brasileira em uma sociedade capitalista e burguesa. Esses processos haveriam de redundar, também, em transformações institucionais, de forma a readequar a institucionalidade - o Estado em particular - a essa nova configuração social e econômica. Um ambiente favorável a uma revolução política esta em curso no Brasil.

A revolução política de 1888-1891 - na forma da Abolição da Escravatura de 1888, da Proclamação da República de 1889 e da Assembléia Constituinte de 1891- coloca um ponto final no Estado escravista moderno e edifica o Estado burguês no Brasil, que é uma variante de Estado de função universal², típico de uma sociedade capitalista e burguesa. O direito burguês igualiza formalmente todos os homens perante a lei, ao reconhecê-los como sujeitos individuais de direitos, e lança as bases para que a exploração do trabalho assumisse um caráter contratual, fruto da negociação entre capital e trabalho no mercado (Saes, 1985, P. 181-192).

O modo de organização do aparelho de Estado, de forma a refletir os preceitos liberais, passa a ser universalista e meritório, mas essencialmente excludente, uma vez que há um processo de bestialização dos pobres livres e ex-escravos. Essa exclusão, em certa medida, explica as primeiras revoltas populares na República, a exemplo da Revolta da Vacina. De fato, não há uma cumplicidade entre o Estado e a sociedade, somente um formalismo burocrático e conservador (Carvalho, 1987, p. 113-126).

Ainda no tocante à organização do Estado, conforme observamos, qualquer homem, em princípio, poderia compor a sua burocracia a partir da sua seleção formalizada por meio de critérios de competência. Ocorre, portanto, uma distinção entre o Estado e a classe dominante em termos formais, de maneira que o Estado passa a ser representado como uma estrutura supra classe social. Enfim, estão lançadas as condições para a recriação do mito do Estado como expressão de um 'contrato social'.

² No Estado de função universal não ocorre uma identidade direta entre a classe dominante e o Estado. Este tende a se constituir num aparelho coercitivo recoberto de hegemonia. A forma de dominação assume, basicamente, uma dimensão econômica.

O Estado burguês no Brasil haveria de passar por diversos regimes políticos. Do período da revolução política a 1930 articula-se o regime liberal oligárquico, hegemônico por uma burguesia financeira e comercial agroexportadora e compradora e pela burguesia financeira e comercial inglesa compartilhada, agora, pela burguesia financeira e comercial norte-americana. O compromisso desse Estado é assegurar a expansão da economia agroexportadora em geral e da economia cafeeira em particular, de forma a proteger/expandir os interesses nela envolvidos.

Esse compromisso é assegurado sob intensa coerção, de forma a combinar as esferas pública e privada. No plano político, são exemplos desse compromisso a restrição e manipulação do sufrágio com a exclusão dos analfabetos, mulheres e militares, a votação aberta sob coação; o fisiologismo, o clientelismo, o 'é dando que se recebe', as perseguições políticas, a fraude, etc, como método herdado do Império e ampliado com a República; a diplomação dos eleitos como pré-condição para a ocupação da função parlamentar; o impedimento de organização partidária do mundo do trabalho, entre outras formas. No plano social, a intensa repressão aos movimentos sociais camponeses, aos operários e a segmentos das camadas médias, a exemplo, respectivamente, de Canudos, dos sindicatos anarquistas e do tenentismo, também atestam esse compromisso.

O compromisso na defesa dos interesses dominantes se prolonga, ainda, para esferas microestruturais. São exemplos dessa realidade a reposição de expressões ideológico-culturais patriarcal-cristãs herdadas do passado colonial e imperial, a exclusão das mulheres do mercado de trabalho e da participação política e o preconceito racial.

A revolução de 1930, fruto de uma conjuntura de crise internacional e nacional que abala os interesses do imperialismo e da oligarquia e que ameaça a reprodução da sociedade brasileira, proporciona um espaço de intervenção política autônoma dos setores vinculados a uma perspectiva industrializante. Após a queda dos setores burgueses vinculados à agroexportação e à importação, tem início uma longa fase em que predomina um compromisso de classe básico vinculado à industrialização substituidora de importações e ao intervencionismo Estatal - planejando, financiando e investindo diretamente nessa direção. Esse compromisso envolvia, sobretudo, a burocracia civil e militar, setores médios da sociedade e industriais.

Os regimes formados ao longo desse compromisso são. É estabelecido um regime

político provisório e pouco institucionalizado entre 1931 e 1934. Este é suplantado por um regime democrático representativo pluripartidário instável entre 1934 e 1937. Esse regime é derrubado por um golpe civil-militar em 1937, sendo instituído o regime do Estado Novo entre 1937 e 1945. Como podemos confirmar, trata-se de um período de intenso conflito social entre as frações da classe dominante e destas em relação aos trabalhadores urbanos e rurais organizados. A instabilidade dos dois primeiros regimes políticos do pós-1930 e a ditadura varguista evidenciam, ainda, a carência de legitimidade do Estado de função universalista.

Um novo regime democrático, mas ainda de participação política formal restringida, vigora entre 1946 e 1964. A rearticulação dos interesses envolvendo a classe dominante local e os interesses norte-americanos e europeus, abalados pela crise do capitalismo internacional nos anos 30, pela Segunda Guerra Mundial e pela reconstrução europeia, tem lugar intensamente a partir do Programa de Metas do governo J.K.. A rearticulação assume, entre outras formas, a constituição do tripé da industrialização brasileira (capital privado nacional, capital privado estrangeiro e capital estatal), a multinacionalização da economia nacional e o padrão de endividamento externo (Oliveira,1984, p. 76-92). Essa rearticulação se, por um lado, evidencia a falta de disposição da classe dominante local em conduzir a luta anti-imperialista e edificar um projeto nacional independente e autônomo, por outro, não a coloca inteiramente identificada com os interesses do capital internacional.

A ampliação da participação de membros do mundo do trabalho na política institucional, por meio da extensão dos direitos políticos às mulheres, é ‘compensado’ de diversas formas. Podemos destacar a conservação da exclusão dos analfabetos do processo político formal, o controle das entidades sindicais e sua redução à condição de células do Estado e a política ideológica de massas, amplamente viabilizada por meio dos novos e disseminados veículos de comunicação de massa.

Grande importância ocupa o denominado ‘pacto populista’, uma estratégia de incorporação controlada dos trabalhadores urbanos e rurais no processo político por parte da burocracia civil e partidos políticos burgueses, de forma a mobilizá-los contra resistências corporativas e imediatistas do grande capital e impedi-los de trilhar um caminho de organização independente e autônomo de classe. Segundo Oliveira,

O pacto populista era a forma de hegemonia burguesa, uma hegemonia que se afirmara sem liquidar com o seu antigo contendor, a oligarquia agrária cafeeicultora; uma hegemonia que se afirmara dirigindo poderosamente a ação e a intervenção do Estado sustentáculo e mola de sua expansão; uma hegemonia que se afirmara utilizando o Estado para vigiar o proletariado urbano sem necessariamente ser repressor ostensivo (...) (1993, p. 88).

Não menos importante, tendo em vista o controle do mundo do trabalho, é o impulsionamento de um padrão sócio-cultural calcado no agora mundializado 'American way of life' - ou seja, no individualismo, no consumismo, na maximização de ganhos e propriedades -, no 'dar um jeitinho', no 'levar vantagem em tudo', entre outras formas. Esse padrão, embora emergindo como parte da afirmação das relações capitalistas de produção, tece raízes mais profundas e formas mais intensas se comparado a outros países. Provavelmente uma decorrência do 'contágio pelo exemplo de cima', ou seja, a prática de vilipendiamiento e instrumentalização do Estado, por parte da classe dominante, passa a introjetar valores e práticas anti-éticas sobre amplos setores sociais.

Com o golpe militar de 1964, tem início o regime militar que se estende até 1984. Sob profunda coerção, é assegurado o compromisso de classe básico vinculado à industrialização, ao intervencionismo estatal e à articulação de capitais inaugurado com o Programa de Metas. A estrutura sindical e o arcabouço de seguridade social também é preservado.

O caráter autoritário do regime militar não poderia eliminar a condição universalista do Estado, mas lhe imprime características próprias. A realização de eleições controladas, o bipartidarismo, etc, assegura a ritualização do Estado universalista. Na prática, contudo, pouco se diferencia do Estado de condição estrita, visto que não possui uma dimensão hegemônica subordinadora da dimensão coercitiva. Mais um golpe, enfim, é conduzido contra os projetos populares que se desenvolviam nos primórdios dos anos 60.

Por fim, um novo regime liberal-democrático conservador tem início em 1985. Suas bases institucionais são definidas somente em 1988 com a Assembléia Nacional Constituinte. O caráter conservador do regime, evidenciado pela base política e social de

sustentação, fundamentalmente a mesma do período militar, confirmar-se-ia na constituinte por meio da conservação do monopólio da terra, do caráter autocrático do governo federal, entre outras formas.

Aspectos progressistas assegurados em alguns capítulos constitucionais, como a proteção de setores estratégicos da sociedade brasileira da ação do capital internacional e a extensão do direito de greve aos servidores públicos federais, ou são derrubados pela reforma constitucional subsequente, a exemplo do primeiro, ou nunca são regulamentados, a exemplo do segundo. Avanços reais coube às instituições criadas a partir de então e/ou que teve suas atribuições e composição de quadros redefinidas, como os Procons e os Ministérios Públicos, operadores de uma verdadeira ‘revolução silenciosa’ na sociedade. ‘Revolução’ atualmente ameaçada pela chamada ‘lei da mordaza’.

Nos anos 90, ocorrem rupturas em relação às políticas iniciadas nos anos 30 e redefinidas em alguns aspectos na segunda metade dos anos 50, como o papel do Estado enquanto agente produtivo e regulador e a proteção da indústria e mercado interno. Tem início uma política macroeconômica no sentido de, por um lado, eliminar a articulação instável do tripé da industrialização brasileira iniciada no final dos anos 50 e, por outro, assegurar uma profunda desnacionalização da economia brasileira. Esse duplo objetivo é alcançado por meio da privatização do setor público, sob liderança do capital financeiro internacional e participação subalterna de grandes capitais privados locais, e da aquisição de grandes monopólios privados locais por corporações internacionais de atuação globalizada.

Configura-se uma processualidade, cuja direção tem sido a eliminação de uma burguesia local com interesses contraditórios com o capital financeiro internacional e, ao mesmo tempo, a transferência dos espaços econômicos fundamentais dentro do país em favor desse capital. Política conduzida do ‘alto’ do Estado e dirigida pela tecnocracia, agora renovada por meio de quadros formados nas instituições universitárias norte-americanas e de trãnsfugas da esquerda brasileira (Saes, 1999, p. 118 e 119).

De 1930 a 1990, tanto os regimes articulados sob a forma democrático-burguesa quanto a forma autoritária, não restringem e/ou não podem restringir os regimes políticos às recomendações clássicas do liberalismo político e econômico. Direitos são assegurados em lei por meio de lutas sociais como os direitos previdenciários, o contrato indeterminado de

trabalho, entre outros.

Nos anos 90, em uma conjuntura desfavorável às lutas sociais, presenciemos uma mudança também nesse plano. Esse processo decorre da progressiva identificação e nivelamento dos regimes políticos democrático-burgueses ao propugnado pela teoria liberal, ou seja, remover leis e instituições, fruto de lutas e pressões sociais, que objetivamente representam obstáculos à hegemonia política burguesa e ao livre mercado. Efetivamente essa realidade tem redundado na precarização do mundo do trabalho - na forma do avanço do desemprego estrutural, do subemprego, da eliminação de direitos trabalhistas, etc. - no aprofundamento das desigualdades sociais - na forma do distanciamento econômico entre as classes sociais, exclusão e marginalização de amplos setores sociais, etc. - e no esvaziamento das funções do Estado - na forma do sucateamento de serviços sociais básicos como saúde e educação, restrição de programas sociais, redução/restrição do sistema previdenciário, etc.

Já em relação ao padrão sócio-cultural calcado em aspectos como o individualismo e o consumismo, típicos do 'American way of life', é incorporado um irresistível processo de coisificação e banalização do mundo e a cultura do descartável. A esse quadro se agrega, em certa medida como desdobramento dele mesmo, a crise de instituições que secularmente concorrem para a modelagem da sociedade brasileira, como a família, a igreja e a escola.

Uma perspectiva materialista vulgar, individualista e presentista de tempo e sociedade, amplamente desenvolvida nos anos 90, tem concorrido para restringir o envolvimento de membros do mundo do trabalho, da juventude e da intelectualidade com projetos sociais coletivos orientados na direção da construção de uma sociedade justa e democrática.

Estado e rebeldia popular

A formação e o desenvolvimento do Estado escravista moderno no Brasil é contestado inúmeras vezes. A luta indígena, ao longo de grande parte do período colonial, resistindo à conquista portuguesa e/ou a classe senhorial e escravista, representa a luta pela defesa da liberdade do grupo tribal. Representa, também, a luta pela defesa da vida tribal contra o Estado, ou seja, a defesa de uma sociedade organizada sem o Estado e contra o

Estado – ou a qualquer outra forma de poder que se sobrepusesse aos membros da comunidade.

A resistência negra, na forma dos quilombos, e a insurreição pernambucana de 1817, por sua vez, representam exemplos de lutas de classes e grupos sociais, resistindo à sociedade e Estado escravista moderno. Prefiguram, de forma mais ou menos elaborada em termos formais, um projeto de sociedade construído sobre novas bases.

A derrota das classes e grupos sociais dominados é uma pré-condição para a manutenção do caráter geral assumido pela sociedade e Estado escravista moderno. Os conflitos e contradições, no contexto de uma sociedade cuja modalidade de dominação social são extra-econômica, não possui mediações típicas de uma dominação centrada sobre bases consensuais.

Em uma sociedade que é escravista, o poder não poderia buscar uma legitimidade junto às maiorias sociais a partir da conformação de uma subjetividade que se reconhecesse como parte de uma racionalidade intrínseca dessa sociedade e na qual os indivíduos encontrassem uma perspectiva de conciliação dos seus interesses privados no seu interior. Na medida em que as maiorias sociais são compostas de escravos, a dominação somente poderia ser direta e ostensiva, o que demanda, de um lado, um Estado de função estrita e, de outro, a violência como método de contenção da resistência e da rebeldia.

O caráter da sociedade e do Estado escravista moderno no Brasil é suavizado por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*, obra responsável pela mais mitológica das imagens de um Brasil tolerante. O conservadorismo político de Freyre é acompanhado da visão da escravidão proporcionando uma herança positiva. Essa visão é consolidada com a tese de que os negros acabam por colonizar os brancos, ou seja, que a cultura encarcerada nas senzalas, metaforicamente falando, teria invadido a casa grande. Essa imagem do Brasil, na ótica de Gilberto Freyre, seria completada com o seu mito da democracia racial brasileira.

Historiadores e sociólogos aglutinados em torno de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes conduzem uma severa crítica a Gilberto Freyre. As pesquisas trazem à luz a dureza da escravidão, a herança do escravismo no nosso tempo e a vitalidade do preconceito racial contra os negros e possuidores de ascendência africana. Gilberto Freyre é colocado em xeque (Gorender, 1990, p. 14).

A atual retomada de Gilberto Freyre nos meios acadêmico e intelectual pretende relativizar o que historicamente representam a sociedade e o Estado escravista moderno no Brasil, bem como a herança recebida pela sociedade brasileira. A brutalidade da escravidão e o legado perverso deixado pelo escravismo dão lugar à cumplicidade entre brancos e negros, à tolerância cultural, às intercomunicações raciais, etc. Expressam, enfim, a forma requintada do pensamento conservador, cujo objetivo, obviamente, não se encontra no passado, mas no presente, na busca por 'reconhecer' e 'compreender' a identidade da 'nação' brasileira, a sua cordialidade, a sua tolerância, a sua alegria, etc.

A formação e desenvolvimento da sociedade e Estado burguês no Brasil também são contestados inúmeras vezes. A luta de Canudos, o movimento anarco-sindical do início do século XX, as Ligas Camponesas dos anos 50, são exemplos dessas contestações. A manutenção do caráter geral assumido pela sociedade e Estado burguês no Brasil, caracterizado pela dependência e subalternidade de um capitalismo periférico, também pressupõe a derrota das classes e grupos sociais dominados. Essas derrotas, contudo, não são o resultado de uma ação unicamente coercitiva, como no passado colonial e imperial.

A relação estabelecida entre Estado e sociedade, após a revolução política de 1889-1891, é mais complexa. Esse Estado, ao fundar-se sobre princípios universalistas, edifica-se, formalmente, como uma instituição de representação geral e que poderia ser composta por qualquer cidadão, independentemente da sua condição social ou concepção de mundo. O Estado não se apresenta como aparelho de coerção diretamente identificado com a classe dominante e com estrito papel repressivo.

O Estado universalista proporciona, formalmente, condições para uma dominação sobre bases predominantemente consensuais, ou seja, coerção revestida de hegemonia. Por meio de aparelhos públicos e privados de hegemonia como, respectivamente, a escola e os meios de comunicação de massa, a concepção de mundo e valores burgueses, transfigurados de universais e naturais, seriam estendidos sobre toda a sociedade e moldariam a subjetividade dos grupos sociais subalternos.

Desde a formação do Estado universalista ocorre, contudo, uma enorme distância entre os princípios liberais universalistas, de um lado, e a sua legalidade restritiva e prática política, do outro. Durante a vigência do regime liberal oligárquico, por exemplo, esta presente uma dimensão abertamente coercitiva que se sobrepõe à dimensão consensual,

como os métodos e práticas do sistema político-eleitoral, a questão operária então tratada como um caso de polícia, entre tantas outras formas. A universalidade do Estado em diversos regimes políticos autoritários posteriormente articulados, como o do Estado Novo e o regime militar inaugurado em 1964, fundamentalmente quase que se reduz a uma dimensão estritamente formal. O próprio regime liberal-democrático, de caráter conservador e inaugurado com o fim da ditadura militar, possui na tutela militar um dos seus principais alicerces.

A história brasileira não possui exemplos de projetos e processos oriundos da classe dominante ou do Estado burguês no sentido de redistribuir propriedade e poder. O Estado universalista no Brasil, por sua vez, não é fruto de uma hegemonia burguesa previamente construída e sobre a qual se legitimasse. Finalmente, a superexploração de grandes massas populares, a exclusão social, o monopólio sobre propriedade, entre outros processos, não proporcionam grandes reservas políticas e ideológicas para uma dominação de classes estável e um campo favorável para a sedimentação de uma subjetividade profundamente marcada pela naturalização e resignação. Esse contexto, conforme demonstramos, dá nos diversos exemplos de lutas de resistência e, não raramente, de rebeldia popular.

A dominação de classes no Brasil contemporâneo convive, enfim, com uma instabilidade intrínseca. Esse é o quadro que, em última instância, determina a centralidade que o papel da força ocupa nessa sociedade e nesse Estado, em especial quando a intervenção política das classes e grupos sociais subalternos ultrapassa limites sociais e institucionais pré-estabelecidos.

A Necessária Desconstrução dos Mitos

A colonização brasileira, efetivamente, começa pelo menos um século antes da colonização dos Estados Unidos e do Canadá, o que demonstra que não somos um povo jovem. Possuímos uma das histórias nacionais mais violentas e opressoras do mundo moderno, o que desautoriza o pretense caráter de povo tolerante e cordial. O autoritarismo presente nas nossas relações sociais está inscrito no nosso cotidiano, o que evidencia quão distante nos encontramos de ser uma sociedade verdadeiramente democrática.

Responsabilizar unicamente a colonização portuguesa ou a herança colonial pela tragédia revivida no nosso cotidiano, ou seja, enquanto uma herança da espoliação externa é, no mínimo, um mito e uma grande falta para com a verdade histórica. A condição de uma sociedade formada para o 'outro' é posta e repostada ao longo de 500 anos, sendo o Estado um instrumento estratégico nessa direção. Essa condição social ocorre de forma mais ou menos contraditória, por meio da convergência de interesses entre a classe dominante local e os interesses internacionais. A história brasileira não nos deixa dúvidas: essa comunhão de interesses operou e opera em detrimento das maiorias sociais.

A (re)criação dos referidos mitos (e de outros tantos) presta-se a escamotear o fato de que não compomos uma nação. Formamos uma sociedade enquanto um amálgama de classes e grupos sociais profundamente diferenciados, no âmbito do qual o mundo do trabalho encontra-se submetido a diversos níveis e formas de exploração econômica, de dominação política e de opressão ideológica.

A construção da nação, entendendo por tal uma sociedade integrada, democrática e participativa, constitui-se em uma possibilidade histórica. A sua efetivação está na direta proporção da mobilização da maioria dos membros do mundo do trabalho, em aliança com outros setores sociais, tendo em vista romper com a condição de povo formado para o 'outro', conformando-se enquanto um povo formado para 'si' – conquistando participação democrática e consciente das possibilidades históricas que se abrirão, tendo em vista a construção de um projeto de sociedade alternativa à sociedade atual - e para 'todos' - sendo parte da construção de um novo projeto civilizatório para a humanidade.

A construção da nação para 'si' e para 'todos' certamente não poderá aguardar um grande projeto alternativo de sociedade e/ou o grande dia para a sua efetivação. Nem poderá tão somente conceber o Estado e o governo como alvos. A construção da nação, nos termos aqui propostos, passa pelas escolhas que realizamos em nosso cotidiano. Essas escolhas poderão repor/ampliar as estruturas (sociais, econômicas, políticas e culturais) herdadas do nosso processo histórico ou construir estruturas a partir de outras bases.

Somente por meio da mediação de uma *práxis* verdadeiramente democrática, libertária e ética, desenvolvida no âmbito das relações de gênero, de etnia, de entidades e movimento sociais, etc., é que poderemos transformar a realidade nacional e mundial. Boas escolhas e práticas é um bom começo...

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1933.
- GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1985.
- IANNI, Octávio. **O Ciclo da Revolução Burguesa**. 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 1985.
- JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- MARX, Karl, e, ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1983.
- OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira: Crítica à razão dualista, in: Estudos CEBRAP 2**. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 1972.
- _____. **A Economia Da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. **Elegia para uma Re(li)gião – Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- SAES, Décio. **Estado e Democracia: Ensaio Teóricos**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994.
- _____. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SAES, Décio. **Uma Interpretação Marxista Da evolução Do Estado No Brasil**, in: COSTA, Silvio. **Formação e Concepções do Estado Brasileiro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

